

CPMF só no ano que vem

JATENE JÁ BUSCA ALTERNATIVA

O ministro da Saúde, Adib Jatene, deu ontem como perdida a possibilidade de contar com a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o imposto-saúde, no primeiro semestre do próximo ano. "Vou ter de rebolar para conseguir recursos", afirmou ontem, desolado, depois do adiamento da votação da emenda criando a CPMF na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. "Mas não vou desanimar", disse o ministro, negando mais uma vez que condicione sua permanência no cargo à aprovação da contribuição no Congresso.

Ao mesmo tempo em que voltou a negociar com o Congresso, o ministro também começou ontem suas incursões com a equipe econômica, desta vez com o intuito de encontrar saídas para a sobrevivência da saúde no primeiro semestre de 1996. Segundo a mais otimista expectativa de Jatene, os recursos da CPMF, cuja arrecadação anual está estimada em R\$ 6 bilhões, somente entrariam no caixa do ministério em maio. Isso porque a arrecadação só é iniciada 90 dias depois da aprovação da emenda

constitucional no Congresso.

Depois de meses lutando contra a má vontade da equipe econômica e a resistência de vários parlamentares, Jatene conseguiu a aprovação da CPMF no Senado e, agora, enfrenta dificuldades na Câmara. Ao constatar que o presidente do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), se mantinha ontem irreduzível contra a CPMF, Jatene foi ao encontro dos pefelistas, ressuscitando a rotina de pregações aos partidos.

Jatene esteve também com os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, com quem almoçou. O ministro admite que dificilmente conseguirá um novo empréstimo do Fundo de



Edivaldo Ferreira/AE

Adib Jatene

Amparo ao Trabalhador (FAT), que, este ano, socorreu o setor com R\$ 1,2 bilhão. "Temos que equacionar isso e estamos estudando fórmulas", disse Jatene.

Caso pudesse contar com a CPMF, o Ministério da Saúde teria R\$ 15 bilhões de verba. Sem a contribuição, o valor cai para R\$ 9 bilhões. Este ano já foram gastos R\$ 10,6 bilhões. Depois de passar pela CCJ a matéria vai para comissão especial e, só então, será votada no plenário.